

# PERFIL PARLAMENTAR (2023-2026) SOB A ÓTICA DA AGENDA FEMINISTA



BRASÍLIA  
2023

## **PERFIL PARLAMENTAR (2023-2026) SOB A ÓTICA DA AGENDA FEMINISTA**

*O Centro Feminista e Estudos e Assessoria - Cfemea realizou um estudo sobre o perfil dos/as parlamentares eleitos/as em 2022 utilizando uma metodologia de pesquisa que verificou as opiniões do/as eleitos/as. Os dados revelam que os/as brasileiros/as elegeram um Congresso Nacional mais conservador em temas relacionados a direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência contra a mulher, concepção de família, visão sobre o cuidado, religião e com posições antigênero.*

O estudo avaliou o posicionamento dos 513 deputadas, deputades, deputados federais e dos/as 81 senadores/as (incluindo os/as eleitos/as em 2022) em relação às temáticas de gênero. O método da pesquisa foi baseado nas informações públicas do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, na observação qualitativa das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e site oficial) de todas (es,os) as eleitas, durante o período oficial de campanha eleitoral no 1º e 2 turnos de 2022 (de 16 de agosto a 30 de outubro); ficha técnica com 34 perguntas objetivas; a análise desse conteúdo e uma avaliação sobre a proximidade desses parlamentares da agenda feminista.

Foram avaliados seus posicionamentos em torno de temas relacionados aos seguintes eixos e suas respectivas categorias:

- **Direitos sexuais e direitos reprodutivos** (aborto, contracepção, sexualidade, violência obstétrica, saúde sexual e reprodutiva);
- **Violência contra a mulher** (Lei Maria da Penha, feminicídio, violência doméstica, violência obstétrica, violência sexual, estupro);
- **Concepção de Família** (hierarquias de gênero intrafamiliar, concepções de “família”; maternidade compulsória; o “lugar” da mulher na família; união homoafetiva; adoção entre casais homoafetivos);
- **Posicionamento sobre o cuidado** (divisão sexual e social do trabalho; cuidado intrafamiliar; creches; cuidado com idosos);
- **Religião** (identificação com grupos religiosos; identificação com símbolos religiosos; posicionamento religioso e as leis; laicidade do Estado);
- **Posições antigênero** (ideologia de gênero; heteronormatividade compulsória; conceito de gênero; direitos LGBTQIA).

Mesmo com o incremento de políticas afirmativas (critério mínimo de 30% de vagas para o gênero feminino, assim como 30% dos recursos públicos eleitorais de acordo com o critério de gênero e raça), o estudo confirmou que **o Brasil avança a passos lentos na equidade de gênero<sup>1</sup> e raça<sup>2</sup> na representação política parlamentar**. Além da manutenção da hegemonia masculina, a maioria dos deputados e deputadas eleitos são brancos (72%), pardos (21%), pretos (5%), indígenas (0,9%), amarelos (0,58%), conforme os dados disponíveis na Câmara Federal<sup>3</sup>.

Esse cenário se complexifica ainda mais com a eleição de mulheres de extrema-direita, que estão à serviço do patriarcado, como o caso de Damares Alves, no Senado, e as deputadas Chris Tonietto (PL/RJ), Carla Zambeli (PL/SP), Julia Zanatta (PL/SC); Bia Kicis (PL/DF) e Magda Mofatto (PL/GO), por exemplo. Apesar da representatividade política feminina e racial ser uma agenda estratégica para o feminismo no Brasil e na América Latina, o acirramento dos ataques anti-direitos tem demonstrado os prejuízos da eleição de mulheres que não defendem nossas pautas em uma perspectiva progressista e antirracista. Ter apenas a defesa de mulheres e meninas no discurso de forma autoritária não efetiva políticas públicas em prol da transformação social e em combate às desigualdades. Tratamos desse assunto com mais profundidade na [Série Histórica Mulheres e Eleições 1996-2012](#), onde problematizamos a “política de ideias”, o que é o mais importante para a agenda feminista, em contraste à “política de presença”, conforme articula a cientista política Anne Phillips.

---

1 Fonte: Agência de notícias da Câmara dos deputados: <https://tinyurl.com/yc3j8t7k>

2 <https://tinyurl.com/bdbv5c6> - <https://tinyurl.com/8ujzdmwh>

3 Veja os gráficos aqui: <https://tinyurl.com/yd4xsa3x>



## PRINCIPAIS RESULTADOS

**CAM**

Câmara dos Deputados

**SEN**

Senado Federal

### POSICIONAMENTO RELIGIOSO/ ESTADO LAICO

**CAM** A maioria dos eleitos não abordou a questão sobre religião e política em relação direta. Foram 211 deputados/as (41% dos eleitos/as) no grupo “neutros”, pois não emitiram nenhuma posição sobre o tema; Ao mesmo tempo 17,35% (89 deputados/as) é contra a ideia de que “religião e política não devem se misturar”, ou seja, 89 deputados podem levar em consideração questões religiosas na hora de votar leis.

**CAM** Foram identificados apenas 36 deputados que manifestaram opiniões em concordância com a ideia de que religião e política não devem se misturar. São 7% do conjunto de 513 deputados e deputadas. Outros 101 (19,6%) deputados poderiam ser potencialmente favoráveis, a partir da observação em outros temas.


Ou seja, pouco mais de um quarto (28%) de deputadas/es/os federais eleitas/es/os concordam com a ideia de que **religião e política não deveriam se misturar**.

**CAM** O vínculo religioso se expressou em 323 parlamentares (63% das 513 cadeiras). Somente 37% dos deputados e deputadas (190 eleitos) não situaram sua candidatura no contexto religioso.

**SEN** 56% dos 81 senadores (45 senadores) declararam vínculo com alguma religião. Outros 36 senadores (44%) não abordaram questões religiosas em suas páginas sociais. Houve ainda um empate entre aqueles que se declararam católicos (16 ou 36,3%) e “cristãos” (16 senadores ou 36,3% dos 81 senadores), enquanto 25% (11) declararam-se evangélicos.

**SEN** 29 senadores (35,8%) não mencionaram posicionamento sobre a laicidade do Estado ou a importância de que as leis estejam sob influência de posições religiosas. Outros 35,8% de senadores poderiam concordar com a ideia de que “religião e política não devem se misturar”. O grupo com tendência mais conservadora soma 28,39% dos senadores que consideram que as posições emitidas em suas redes sociais mostram que discordam da ideia de que religião e política não devem se misturar.

**SEN** **A posição majoritária do Senado vai na direção da laicidade.** Aqueles que expressaram opiniões favoráveis à frase “o Estado é laico e as leis não devem estar sob influência de posições religiosas” chegaram a 10 (12,25% dos 81 senadores) e outros 22 (27,16%) emitiram opiniões sobre temas que sugerem ser potencialmente favoráveis à laicidade. Nesse cenário, teríamos 32 senadores (39,5%) dos 81. Aqueles que não concordam com a ideia da laicidade chegam a 20 (24,69%).



Há no grupo dos “católicos” posições extremistas e fundamentalistas contra a igualdade de gênero. Somente a deputada federal eleita, mulher negra, Dandara Tonantzin Silva Castro (PT/MG), declarou-se vinculada à religião de matriz africana em suas redes sociais.

## FAMÍLIA E TRABALHO DE CUIDADO

**CAM** O estudo identificou 48 deputados e deputadas (9,36%) eleitos/as que se posicionaram favoráveis à ideia de que família é uma unidade plural, que pode ser formada de variadas composições. Outros 82 (16%) foram associados a posições tradicionalistas, em geral, neoconservadoras ou identificados com o conservadorismo rural, muito presente no segmento do agronegócio. A posição contrária à família como uma unidade plural está presente no discurso dos parlamentares extremistas de direita e neoconservadores, onde a “família tradicional” é a expressão mais utilizada para apresentarem suas candidaturas.

**CAM** Aqueles que vinculam o cuidado com os filhos como uma atribuição das mulheres somente, sem mencionar qualquer divisão dessa atribuição de cuidado, chega a 11 deputados (2,14%). Eles se somam a outros 71 (13,84%) que, pelas posições em outros assuntos, sugerem ser potencialmente contrários à ideia de divisão equitativa do cuidado dos filhos.



**São 82 deputados/as (cerca de 16% dos/as eleitos/as em 2022), com posições de viés hierárquico, patriarcal e tradicionalista para o cuidado com os filhos.** Em outras palavras, esses parlamentares se elegeram por meio desses discursos patriarcais e misóginos proferidos em suas campanhas. Apesar da pouca representação, muitos/as eleitos/as ainda não se posicionaram sobre o tema, o que demonstra que esse número pode ser ainda maior.

**CAM** Foram 204 deputados/as (40% dos/das eleitos/as) que se manifestaram em relação à temática da família e outros 305 deputados (60% dos 513) que não emitiram nenhuma posição sobre cuidado com os filhos. Isso sugere uma distância entre questões importante para a vida das mulheres que estão distantes do debate político.

**SEN** Pelo estudo, cerca de 42% (34 senadores) não se posicionaram sobre o conceito de família e outros 64,2% (52 senadores) não emitiram posição sobre a divisão equânime no cuidado com os filhos. Proporcionalmente, aqueles/as que se manifestam favoráveis ao conceito pluralista de família chegam a 8 senadores (9,88% dos 81 senadores). Outros 8 senadores (9,88%) posicionam-se contrários à ideia de família como um conceito plural.

Temos aproximadamente 35% dos senadores (28 parlamentares) - somando o grupo contrário com os potencialmente contrários - situados numa perspectiva refratária a avanços no campo pluralidade familiar.



## VIOLÊNCIAS POR RAZÕES DE GÊNERO

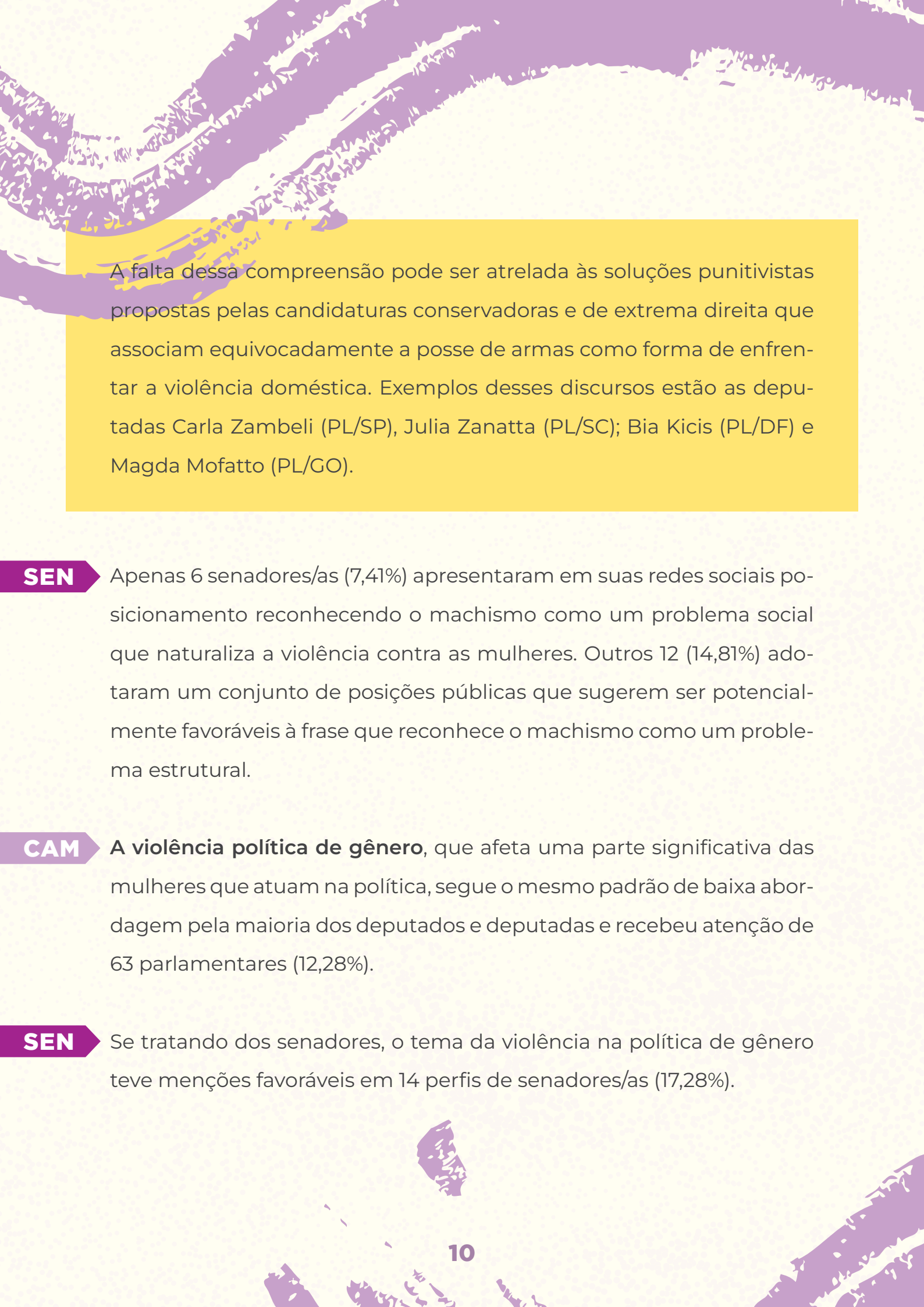
→ A Lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência doméstica são temas que aproximam parlamentares em seus posicionamentos nas redes sociais, atraindo, inclusive, conservadores.

**CAM** Essa lei é explicitamente apoiada por 130 deputados eleitos (25,34% dos 513) e outros 128 eleitos/as (25%) apresentam posições que no conjunto sugerem potencial apoio à Lei e ao combate à violência contra as mulheres. **Isso significa que 50,2% dos eleitos (258 deputados) consideraram esse tema relevante para se manifestar durante a eleição.**

**SEN** No Senado, 38 senadores (46,91%) posicionaram-se favoráveis à Lei Maria da Penha para combater a violência doméstica. Somados a 14 senadores (17,28%) com posições potencialmente favoráveis, foram cerca de 64% dos 81 senadores/as com posicionamento favorável à Lei Maria da Penha como uma conquista para combater a violência contra as mulheres.

→ Outro aspecto importante é a **baixa menção ao machismo como um problema estrutural no contexto da violência contra as mulheres.**

**CAM** Na Câmara, somente 59 deputados/as (11,5%) fazem menção à sociedade machista como um problema cultural e estrutural relacionado à violência doméstica. Somado aos 75 deputados/as (14,62%) que seriam potencialmente favoráveis, teríamos 26% da Câmara.



A falta dessa compreensão pode ser atrelada às soluções punitivistas propostas pelas candidaturas conservadoras e de extrema direita que associam equivocadamente a posse de armas como forma de enfrentar a violência doméstica. Exemplos desses discursos estão as deputadas Carla Zambeli (PL/SP), Julia Zanatta (PL/SC); Bia Kicis (PL/DF) e Magda Mofatto (PL/GO).

**SEN** Apenas 6 senadores/as (7,41%) apresentaram em suas redes sociais posicionamento reconhecendo o machismo como um problema social que naturaliza a violência contra as mulheres. Outros 12 (14,81%) adotaram um conjunto de posições públicas que sugerem ser potencialmente favoráveis à frase que reconhece o machismo como um problema estrutural.

**CAM** **A violência política de gênero**, que afeta uma parte significativa das mulheres que atuam na política, segue o mesmo padrão de baixa abordagem pela maioria dos deputados e deputadas e recebeu atenção de 63 parlamentares (12,28%).

**SEN** Se tratando dos senadores, o tema da violência na política de gênero teve menções favoráveis em 14 perfis de senadores/as (17,28%).

## ABORTO E VIOLÊNCIA SEXUAL

**CAM** Apesar do tema mobilizar favoravelmente as posições mais diretamente relacionadas às lutas feministas no campo político, de uma maneira geral, **o tema do aborto não foi tratado por mais da metade dos deputados e deputadas:** 56,73% (291 deputados) não mencionaram o assunto. **Daqueles que abordaram, são majoritárias as posições contrárias ao direito ao procedimento.**

**CAM** Aproximadamente 25% dos parlamentares (125) se manifestaram contra a interrupção da gravidez. Somados com os/as 59 deputados/as (11,50%) que não se posicionaram diretamente, mas se manifestam em outros assuntos que os colocam como potencialmente contrários ao aborto, teremos 184 deputados (36% dos 513 eleitos) nessa perspectiva.

Em outras palavras, mais de um terço dos/as deputados/as são contrários à pauta do aborto, enquanto apenas 3% (16) se declararam favoráveis ao tema, majoritariamente oriundos do campo dos partidos progressistas.

Aqueles que não abordaram a temática do aborto também não mencionaram sobre a violência sexual (291 deputados, ou seja, 56,73% dos eleitos). **Quando se trata de falar sobre o tema, as posições explicitamente contrárias ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual diminuem.** De 125 parlamentares contra o aborto, o número cai para 30 (5,85%) nessa questão. As posições potencialmente contrárias chegam a 80 deputados (15,59%) à proteção das mulheres vítimas de estupro pelo Estado.



Quando somados os grupos declaradamente contrários aos potencialmente contrários ao atendimento para vítimas de violência sexual chega-se a 21,4% dos parlamentares eleitos (110 deputados).

**CAM** As posições favoráveis (43 deputados ou 8,38%) e potencialmente favoráveis (69 deputados ou 13,45%) à proteção das mulheres vítimas de estupro/violência sexual aumentaram em relação às posições em relação ao aborto, totalizando 112 deputados/as (22% dos eleitos), indicando um equilíbrio entre as duas posições antagônicas.

**SEN** O estudo não encontrou posicionamento favorável ao direito de interrupção da gravidez nas redes sociais dos senadores e senadoras eleitas. Mesmo assim, somente 4 apresentam posicionamentos presumivelmente favoráveis (5% dos senadores), enquanto 22% (18) são explicitamente contra o aborto. Os presumivelmente contrários compõem 14 senadores (17,28%). Outros 68% dos senadores não abordaram questões relativas à violência sexual contra mulheres e meninas, mas 5 deles (6,17%) se posicionaram favoráveis a medidas de apoio e proteção às vítimas de violência sexual.



## MAS QUAIS SÃO OS PERFIS D@S PARLAMENTARES?

No levantamento sobre o posicionamento dos parlamentares nas diversas mídias digitais, foi feita a divisão dos deputados, deputadas e deputades em grupos ideológicos.

Como metodologia, o estudo fez a separação em cinco grandes grupos ideológicos para observar de forma mais apurada aqueles identificados e os mais distantes das agendas feministas e antirracista. Inclusive, uma pessoa pode integrar mais de um grupo.

São eles:

### **GRUPO ARMAMENTISTA** **(POUCO MAIS DE 10% DOS/AS ELEITOS/AS)**

Ligado à bancada da bala, defensor do armamento individual e da liberação das armas. Também defende o armamento para proteger as mulheres da violência, etc.

### **GRUPO RELIGIOSO** **(APROXIMADAMENTE 20% DOS/AS ELEITOS/AS)**

Ligado à “bancada da bíblia”, invoca frequentemente a religião e faz abordagens bíblicas. Seus parlamentares apresentam-se como católicos, evangélicos ou até mesmo “tementes a Deus”. São também defensores da agenda “pró-vida”, contra o aborto, onde se localizam os e as eleitas mais antagônicas à agenda feminista.

## **GRUPO DA PAUTA DE COSTUMES**

**(APROXIMADAMENTE 1/4 DOS/AS ELEITOS/AS)**

São defensores da “família tradicional”, parlamentares conservadores. Concordam que o lugar exercido pelas mulheres deve ser enquanto mãe, cuidadora e/ou dona de casa. A partir de argumentos relacionados à biologia essencialista, defendem o binarismo, em que só existem dois sexos. São também refratários à agenda LGBTQIA+ p, mas não fazem desses temas sua agenda principal.

## **GRUPO FEMINISTA**

**(APROXIMADAMENTE 20% DOS/AS ELEITOS/AS)**

Reúne parlamentares antirracistas que se elegeram apresentando pautas dos direitos das mulheres e da diversidade sexual. Defendem as lutas feministas mesmo que parcialmente.

## **GRUPO DAS/DOS CONSERVADORES**

**(MAIS DE 40% DOS/AS ELEITOS/AS)**

Estão alinhados às pautas de costumes, mas apoiam algumas lutas das mulheres, sobretudo o combate à violência de gênero e a violência doméstica. Também defendem o combate à violência contra idosos, jovens e adolescentes, apesar de não reconhecerem situações interseccionais das violências, desconsiderando raça e classe, por exemplo.

Podem ser considerados potenciais aliados para eventuais alianças estratégicas porque não adotam um discurso de rechaço às agendas por igualdade de gênero.

## **COM QUE NOS PREOCUPAMOS E O QUE ESPERANÇAMOS**

Apesar de termos eleito um Executivo progressista, com propostas populares, que buscam retomar as políticas públicas que contemplam as mulheres, população LGBTQIA+, população negra e indígena em suas interseccionalidades, o retrato do Congresso nos impõe grandes desafios para estes quatro anos. A grande maioria dos/as parlamentares eleitos/as estão distantes das agendas feministas e antirracistas, ou mesmo, quando apresentam proximidade, apontam propostas que podem fortalecer as violências por razões de gênero e raça.

Portanto, alertamos que os/as parlamentares eleitos/as no último pleito, em 2022, irão perpetuar muito do que o fascismo semeou nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro: retrocesso, preconceitos e a perda de direitos das minorias. Os dados expressam a preocupante realidade da política brasileira: a presença neoconservadora e da extrema direita no parlamento brasileiro, que demonstram quase nenhuma ou pouca afinidade com as pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como os pilares democráticos. O risco fascista no Brasil tornou-se ainda evidente depois dos ataques terroristas contra os Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Esse trágico evento nos serviu também de alerta para continuarmos atentos às movimentações parlamentares que comprometem os nossos direitos e a nossa democracia.



Temos, a princípio, um quinto do Congresso a nosso favor, defendendo as pautas sobre o valor do cuidado, o combate às violências por razões de gênero, a diversidade das composições de família, o direito ao aborto legal e seguro e a laicidade do Estado. Junto ao grupo feminista e antirracista, esperamos construir trincheiras estratégicas que defendam nossos direitos e pleiteiem aqueles que ainda precisaremos frente a esse Congresso desafiador.







## EXPEDIENTE

### COORDENAÇÃO

*Equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)*

### EQUIPE DE PESQUISA

#### **Denise Mantovani**

Doutora em Ciência Política com Pós-Doutorado em Estudos Feministas Interseccionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisadora em Gênero, Mídia e Política

#### **Milena Belançon**

Cientista Social E Mestra em Ciência Social pela Universidade Estadual de Maringá (PR)

#### **Maíres Barbosa**

Cientista Política pela Universidade de Brasília

#### **Mari Mesquita**

Cientista Política pela Universidade de Brasília

#### **Projeto Gráfico / Diagramação:**

Miguel Haru

#### **Ilustrações:**

Carol Barreto / Angola Comunicação